

**OS CAMPOS DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DISPUTAS,
NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES**

**THE FIELDS OF MEMORY AND CULTURAL HERITAGE: DISPUTES,
NARRATIVES AND REPRESENTATIONS**

Recebido em: 02/09/2020

Aceito em: 10/10/2020

Amilcar Guidolim Vitor¹

Resumo: O artigo trata sobre questões relacionadas à memória e ao patrimônio enquanto campos semânticos multifacetados e dispostos em diferentes áreas do conhecimento, buscando entendê-los sob uma perspectiva histórica que os reconhece como um espaço de seleção, disputas e construção social do que deve ser lembrado ou esquecido, patrimonializado ou não. Destaca o chamado “boom da memória” a partir das ideias de Jay Winter (2006) e problematiza a questão dos lugares de memória a partir de Pierre Nora (1993), incluindo neste contexto o patrimônio imaterial.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Disputas; Representações.

Abstract: The article deals with issues related to memory and heritage as multifaceted semantic fields and arranged in different areas of knowledge, seeking to understand them from a historical perspective that recognizes them as a space for selection, disputes and social construction of what should be remembered or forgotten, patrimonialized or not. It highlights the so-called “memory boom” based on the ideas of Jay Winter (2006) and problematizes the issue of places of memory from Pierre Nora (1993), including intangible heritage in this context.

Keyword: Museum; Memory; Patrimony; Disputes; Representations

INTRODUÇÃO

Analisar questões relacionadas à memória e às expressões do patrimônio cultural é antes de tudo verificar a necessidade de empreender uma discussão semântica destas definições do que é memória ou patrimônio. Tal necessidade está relacionada ao fato de que estes termos são empregados em diferentes situações e áreas do conhecimento, especialmente nas ciências humanas e sociais. Portanto, é imprescindível especificar em que contexto e situações, bem como por qual viés são empregados.

¹ Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus Santo Ângelo. Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Para a análise que aqui iremos desenvolver, trataremos os campos da memória e do patrimônio tomando-os como parte de um universo de disputas ideológicas, políticas, simbólicas e de representações sociais do passado, buscando entender como a memória e o patrimônio são construídos socialmente a partir de interesses e disputas do presente. Entendemos estes termos sob uma perspectiva histórica que os transformam em um campo de litígio a partir do entendimento distinto que determinados grupos sociais fazem de eventos e personagens do passado, ativando-os, representando-os e negociando com este passado tendo em vista fazer lembrar e legitimar ou silenciar e negar.

Em um primeiro momento do texto iremos discutir definições e referenciais teóricos acerca da memória e do patrimônio como campos de disputas, acionamentos, seleções, lembranças e esquecimentos. Também trataremos do universo das representações e o papel que desempenham nesse processo, pois existe uma relação estabelecida entre acionamentos do passado, disputas pela memória e construção de legitimidade quanto às expressões do patrimônio cultural que se valem das representações como forma de reconhecimento das expressões materiais e imateriais que se elegem e patrimonializam como símbolos de grupos, acontecimentos ou personagens da história.

Em um segundo momento iremos abordar as questões relacionadas ao desenvolvimento do interesse pela memória e sua relação com o passado e o presente, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido trazemos as contribuições de Jay Winter (2006) acerca do “boom da memória”. Na esteira disso, também problematizamos a partir de Pierre Nora (1993) as questões que envolvem os lugares de memória, reconhecendo como tal não apenas as expressões materiais do patrimônio, mas imateriais também, como o caso da Tava Miri Guarani-Mbyá, em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, reconhecida em dezembro de 2014 e inscrita como Lugar de Referência para o Povo Guarani no Livro de Registro de Lugares do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: CAMPOS SEMÂNTICOS E LITIGIOSOS

Especialmente no processo de escrita da história, o historiador se depara com conceitos e definições que assumem diversos sentidos e significações, diferenças de interpretações ou aplicação de termos em determinadas situações. Especialmente quando se trabalha com definições de cultura, identidade, tradição, memória e patrimônio há que se levar

em consideração que tais termos constituem-se em campos semânticos, dada a sua aplicabilidade em diferentes áreas do conhecimento, como a história, a sociologia, a filosofia, a antropologia, a psicologia ou outras áreas, especialmente das ciências sociais e humanas. Até mesmo em áreas mais técnicas é necessário esse cuidado, tendo em vista que vivemos em uma era tecnológica onde se armazenam dados em memórias virtuais e onde patrimônio significa antes de qualquer coisa bens com valor de mercado.

Neste contexto, tanto a palavra memória quanto patrimônio compõe um léxico contemporâneo de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos (FERREIRA, 2006, p. 79). Assim, antes de produzir qualquer tipo de discussão no que se refere a estes termos é necessário especificá-los e retirá-los de uma macro análise que pode comprometer o sentido do que se está tentando problematizar. Além do mais, “são conceitos complexos, ambíguos e polissêmicos, porque são construções sociais cujos significados mudam dependendo da época, do tempo histórico e segundo quem os emprega e para que fins os utilizem” (AREVALO, 2004, p. 925).

Para a análise e discussão aqui proposta, entendemos a memória e o patrimônio no campo da história como o resultado de um processo de disputas e de construção social que tem por objetivo dar legitimidade a um passado em que se recorre com a intenção de representar e reafirmar a sua importância, seja num universo local, regional ou mesmo nacional, construindo-se processos de patrimonialização de determinados bens de natureza material ou imaterial. Esses acionamentos do passado que geram disputas, seleções e representações sobre o que deve ser preservado podem ser sentidos de forma mais recorrente no universo das expressões materiais do patrimônio cultural, apesar de não ser estranho em relação às expressões imateriais. Conforme o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural constitui-se como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). É a partir deste ponto que se pode discutir sobre quem define, quem seleciona, quem representa e com que objetivos faz isso, que disputas estão por trás do estabelecimento dos bens materiais e imateriais que irão constituir o patrimônio cultural de uma cidade, região, estado ou país?

De acordo com Possamai (2000), sendo a cultura universo de escolha, não é demais ressaltar que as operações relacionadas ao patrimônio implicam, antes de qualquer coisa, uma seleção dos elementos culturais que serão alvo das práticas de preservação. É justamente na atribuição de valor que se situa o ponto nodal da noção de patrimônio, valores de cunho

nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros, operando a definição do que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação, e o que será relegado ao esquecimento. Neste sentido, sendo escolha, o patrimônio pode ser considerado como representação social. Roger Chartier (2002, p. 66) refere que: “representar é fazer conhecer as coisas imediatamente pela ‘pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e pelos gestos’, por algumas figuras, por algumas marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias”. Para o autor as representações sociais podem ser concebidas como algumas das respostas que as coletividades dão aos seus conflitos, divisões e opiniões manifestadas distintamente, constituindo uma força reguladora da vida cotidiana e coletiva, pois é no centro das representações e dos imaginários que o problema da legitimação do poder e da afirmação dos grupos se encontra. Aqueles grupos que conseguem definir os canais de representação, inclusive a interpretação atribuída ao passado, também detém o poder de impor a visão e a divisão do mundo social que melhor lhes convém (POMMER, 2009, p. 46).

Dessa forma, sendo parte de um universo de representações sociais os campos da memória e do patrimônio cultural estão suscetíveis a disputas, sejam elas políticas, econômicas ou simbólicas que visam fazer lembrar determinados períodos ou personagens do passado efetivando escolhas sobre o que pode ou deve ser reconhecido como expressão material ou imaterial do patrimônio cultural de uma dada cidade, região, estado ou país. São resultados de processos de construção social, de usos, ativações e disputas ideológicas por legitimação que tem como pano de fundo um passado a ser ativado no presente. São campos em processo de litígio que vão sendo acionados e representados conforme interesses de grupos e que variam de acordo com épocas e espaços.

Muito disso, desses embates por legitimação e acionamentos do passado, refere-se a dimensão econômica do patrimônio cultural, pois, sob a ótica de Dias (2006) ele tornou-se um elemento valioso para os municípios oferecerem ao mercado turístico, quer sob a forma de manifestações materiais (monumentos, esculturas, palácios, habitações etc.), quer sob a forma de manifestações imateriais (festas, folclore, danças, folguedos, manifestações religiosas, música etc.). Ainda de acordo com o autor, os bens a serem conservados são escolhidos pelas diferentes sociedades em uma momento determinado e refletirão os valores compartilhados pelo grupo social, que pretende reforçar com o patrimônio. A população identifica-se com o patrimônio, de modo a reforçar sua identidade, constituir sua memória social e histórica, pela qual identificam o processo de construção cultural de sua realidade presente e reforçam sua consciência de pertencer a um grupo histórico específico (DIAS, 2006, p. 68-69).

No que se refere às concepções teóricas acerca da memória torna-se imprescindível destacar sua importância como elemento de influência no processo de estabelecimento e representações de acontecimentos, personagens ou expressões do patrimônio cultural. Sendo amplamente assediada através de discursos de diferentes grupos ou instituições, a memória pode afirmar, alterar ou criar concepções que dizem respeito a eventos do passado rememorados no presente, estabelecendo, dessa forma, a relação entre ambos (LE GOFF, 1996, p. 204).

A memória coletiva é amplamente regulada, tanto pela oralidade quanto pela escrita para demonstrar a sua aceitação, ou não, em relação aos seres atuantes da sociedade e suas ideologias. De acordo com a ideia de Halbwachs (2006, p.32): “É comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida”. A tentativa de influenciar a memória coletiva faz parte de um processo que tem por finalidade atuar no imaginário através das representações produzidas pelos diferentes grupos da sociedade. Esses aspectos são sentidos frequentemente em relações que fazem parte dos embates pelo poder, principalmente o político. Conforme Le Goff (1996, p. 426) a memória coletiva foi colocada como um importante instrumento na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações dos grupos sociais e as ativações ou esquecimentos são mecanismos da memória coletiva.

Ainda sobre a memória coletiva, Nora (apud LE GOFF, 1996, 472) a define como sendo “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”. Assim, compreende-se que este passado no vivido dos grupos se expressa através do patrimônio cultural. Já o que os grupos fazem do passado, caracteriza-se como a utilização desses elementos no presente. “Mais do que falar em memória individual ou coletiva, também é importante refletir sobre a ideia de que falamos de apropriações do passado e seus usos sociais no presente” (FERREIRA, 2012, p. 13).

Na relação que se estabelece entre memória e patrimônio Guillaume apud Candau (2016, p. 158-159) defende que o patrimônio funciona como um aparelho ideológico da memória, pois a conservação sistemática dos vestígios serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado. Na mesma linha, Poulot apud Candau (2016, p. 159) afirma que a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas

patrimoniais. Assim, o relicário da memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado. (CANDAUI, 2016, p. 159).

De acordo com Dias (2006, p. 50) o patrimônio cultural simboliza a identidade cultural de uma comunidade, sendo a expressão mais explícita desta, pois ao se identificarem com determinada expressão do patrimônio os membros de um grupo social se filiam a um mesmo agrupamento, compartilhando significados e símbolos e facilitando a produção de identidades coletivas. A memória é instância construtora e cimentadora de identidades mediante a seleção do que se recorda e do que, consciente ou inconscientemente, se silencia. (CATROGA, 2015, p. 74).

François Hartog (2015, p. 193), trata o patrimônio como uma espécie de alter ego da memória, questionando o que se tem chamado de patrimonialização no que se refere às políticas de memória, idealização e construção social do patrimônio cultural nas últimas décadas. De acordo com ele, se inventariou todo tipo de novos patrimônios e se declinaram novos usos do patrimônio. Assim, se percebe o quanto o patrimônio se tornou um instrumento não apenas de afirmação e reafirmação de identidades, mas também um instrumento político e alvo de disputas políticas. Cabe inserir nessa discussão, os escritos de Llorenç Prats (1997, p. 20) acerca do patrimônio como o resultado de um processo de construção social. De acordo com ele, o patrimônio não existe na natureza, não é algo dado e nem um fenômeno universal, mas um artifício idealizado por alguém em lugar e momento para determinados fins.

Em se tratando de invenção e da construção do patrimônio, Prats destaca que não são processos antagônicos, opostos, mas fases complementares. De acordo com ele, invenção se refere, sobretudo a processos pessoais e conscientes de manipulação, enquanto a construção social se associa a processos inconscientes e impessoais de legitimação. Nesse caso, a invenção, para se arraigar e perpetuar necessita converter-se em construção social. Reside aí o papel importantíssimo que desempenham as representações sociais como postulou Roger Chartier, na medida em que são capazes de tornar presente um objeto ausente, principalmente no que se refere ao passado, legitimando-o como parte essencial de um projeto de nação, de identidade ou como trata Llorenç Prats, de patrimônio cultural. Segundo Canclini (1999 apud DIAS, 2006, p. 83-84), o patrimônio cultural deve ser analisado como um espaço, não apenas de unidade, mas também de disputas materiais e simbólicas entre classes, etnias e grupos sociais.

O “BOOM DA MEMÉRIA”, OS LUGARES DE MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO IMATERIAL.

A partir da segunda metade do século XX a historiografia demonstrou preocupação, com as questões relacionadas à memória e o papel desempenhado por ela na sociedade, principalmente a partir da atuação do Estado e suas políticas de reconhecimento e patrimonialização, que num primeiro momento foram mais direcionadas às expressões do patrimônio cultural material. Nesse ponto, a teoria dos lugares de memória de Pierre Nora foi fundamental para esta discussão acerca do papel que o Estado desempenhou na construção destes lugares, muitos deles reconhecidos como expressão do patrimônio. Nessa relação entre memória e história, o mesmo Pierre Nora (1993, p. 9) vem nos dizer que a memória é a vida carregada pelos grupos vivos estando em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento. Já a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, enquanto a história uma representação do passado. Cabe ao Historiador encontrar os lugares ativos para reencontrar os discursos dos quais estes lugares foram os suportes. O que faz o lugar de memória é que ele seja um entroncamento onde se cruzaram diferentes caminhos de memória, de modo que somente ainda estão vivos os lugares retomados, revisitados, remodelados. (HARTOG, 2015, p. 165).

Dessa forma, os lugares de memória desempenham importante papel na sociedade, constituindo-se em espaços que têm a possibilidade de tornarem-se sujeitos portadores de recordação e dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos. Os locais não tem em si uma memória imanente, mas ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais de recordação muito significativos. Não apenas porque solidificam e validam a recordação, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve dos indivíduos, épocas e culturas concretizadas em artefatos (ASSMANN, 2001, p. 317-318).

Por outro lado, os lugares de memória são criados e a eles atribuídos significados que nem sempre pertencem a todos os grupos que compõem a sociedade, o que pode gerar disputas por passados e memórias. O que pode ser considerado legítimo para um pode não o ser para outro. Muitos grupos sociais e até mesmo acontecimentos do passado não dispõem de lugares onde se faça referências às suas histórias, ao seu “ontem” como forma de entender o seu “hoje”, principalmente as minorias étnicas, pela opressão historicamente sofrida.

Dando-nos suporte para essas afirmações em relação aos lugares de memória, Pierre Nora (1993, p. 13) vem afirmar que esses nada mais são do que expressões de uma sociedade preocupada com sua transformação e renovação, valorizando mais o novo que o antigo, mais o futuro que o passado. Para o autor:

[...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 13).

Além disso, o autor destaca que os lugares de memória são criados porque não há memória espontânea. Eles são construídos, pois o que defendem apresenta-se ameaçado e sem vigilância comemorativa. A história rapidamente os varreria. Para o autor, se realmente vivêssemos as lembranças que os lugares de memória envolvem eles seriam inúteis. E, também, se a história não se apoderasse deles para transformá-los, eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13). A partir daí, pode-se aferir que a história, enquanto representação produzida pelos historiadores e pelos próprios grupos sociais pode ser o agente criador, transformador e legitimador dos lugares de memória. Para Nora, os lugares de memória são:

[...] Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica. Oscilação do memorial ao histórico, de um mundo onde se tinham ancestrais a um mundo da relação contingente com aquilo que nos engendrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica; é o momento dos lugares de memória [...] (NORA, 1993, p. 13).

Assim, os lugares de memória apresentam-se como uma idealização dos grupos a partir da história. Nem todos os grupos sociais reconhecem ou criam seus lugares de memória, e o mesmo acontece com o patrimônio cultural. Entretanto, Nora (1993, p. 25) define bem a relação que se estabelece entre memória e história a partir de sua ideia de que a memória pendura-se em lugares, enquanto a história em acontecimentos.

A segunda metade do século XX proporcionou estas preocupações com a memória e o papel desempenhado por ela em sociedade, suscitando inclusive a ideia de que se teve um “boom da memória” com diversos estudos sobre esta temática nas ciências sociais e humanas.

Esse processo também teria gerado uma multiplicação descontrolada de novos lugares de memória. Assim, pesquisas sobre esta temática emergiram na Europa na década de 1980 com a reedição da teoria sociológica da memória de Maurice Halbwachs, além dos estudos do próprio Pierre Nora. Nietzsche, Benjamin e Foucault foram outros pontos de contato importantes para os debates subsequentes (HUYSSSEN, 2014, p. 13).

Algo que também exerceu influência neste processo de desenvolvimento dos estudos da memória na década de 1980 foi a preocupação com as questões relacionadas aos eventos traumáticos do século XX, como guerras civis, massacres, genocídios e, especialmente a shoah² no contexto da Segunda Guerra Mundial. O Terceiro Reich, o Holocausto e a história da Segunda Guerra Mundial passaram a serem os principais focos dos estudos da memória na Europa e nos Estados Unidos. No campo da ciência histórica a Mnemo-história tornou-se um termo corrente para designar esse novo subcampo da historiografia. (HUYSSSEN, 2014, p. 13).

Entretanto, não apenas no âmbito das ciências os estudos e pesquisas acerca da memória se desenvolveram. Também no cinema houve contribuição para que as questões relativas à memória e o passado pudessem aparecer com mais força naquele cenário. Um grande exemplo disso foi o documentário Shoah, dirigido pelo francês Claude Lanzmann e lançado em 1985. Nele Lanzmann prefere ouvir os testemunhos e as memórias traumáticas verbalizadas por alguns dos próprios sobreviventes da shoah, oferecendo um panorama real daqueles que vivenciaram os horrores da guerra e dos campos de concentração. O próprio diretor disse querer produzir um documento acerca do assunto com o filme.

O “boom da memória” no final do século XX é reflexo de uma matriz complexa de sofrimento, ativismo político, reivindicações de indenização, pesquisa científica, reflexão filosófica e arte (WINTER, 2006, p. 87). Também é o resultado de um novo cenário que na esteira da globalização e da pós-modernidade vai produzir e mercantilizar a cultura e o próprio passado. Nos anos 1990 havia uma população de pessoas de nível universitário muito maior do que antes. Sua demanda por produtos culturais de diversas espécies era evidente. O mercado estava lá; a população alvo para produtos culturais estava lá; e depois de duas décadas de retração, o suporte do Estado para a “herança” ou “le patrimoine” estava lá com um grau maior ou menor de generosidade. A transformação da memória em mercadoria valeu a pena, houve um enorme “boom” de consumo do passado em filmes, livros, artigos e, mais recentemente, na internet e na televisão. Há toda uma indústria dedicada a “exibições de

grande impacto” em museus, cujos visitantes parecem responder cada vez mais a shows espetaculares (WINTER, 2006, p. 77-79).

Na esteira desse “boom da memória” que nos coloca Jay Winter, é que as discussões sobre o reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio cultural também ganhou espaço. De acordo com o portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas³. Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, o qual que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), consolidando o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI)⁴.

No processo de registro dos bens culturais de natureza imaterial, o IPHAN criou algumas categorias no sentido de organizar as diferentes possibilidades de manifestação do patrimônio em seu universo imaterial. Assim, existe o Livro de Registro dos Saberes, que reúne conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, como conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade; o Livro de Registro das Celebrações, que reúne os rituais e festas que marcam a vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; o Livro de Registro das Formas de Expressão, criado para registrar as manifestações artísticas em geral, como performances culturais de grupos sociais, manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, importantes para a cultura, memória e identidade; e, por fim, o Livro de Registro dos Lugares, onde estão inscritos os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas. Lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local,

onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais⁵.

Sendo o Brasil um país de grande diversidade étnica e cultural existem múltiplas manifestações do patrimônio imaterial, bem como narrativas e representações sobre ele. A efetivação de políticas públicas através de inventários, registros e processos de reconhecimento das expressões imateriais do patrimônio, especialmente a partir deste século, têm sido fundamentais no sentido de demonstrar que as discussões sobre memória e patrimônio cultural vão muito além da dimensão material. A própria metodologia da educação patrimonial tornou-se uma ferramenta indispensável para auxiliar no processo de formação de cidadãos sensíveis ao reconhecimento das expressões imateriais que compõem a cultura de suas cidades e regiões. Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999), explica que a educação patrimonial é instrumento de “alfabetização cultural”, a qual possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Assim, valoriza-se a cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Na região das missões do Rio Grande do Sul uma das principais expressões do patrimônio imaterial é a Tava Miri Guarani-Mbyá, reconhecida em dezembro de 2014 e inscrita como Lugar de Referência para o Povo Guarani no Livro de Registro de Lugares. Para os Guarani-Mbyá, a Tava é um local onde viveram seus antepassados, onde é possível vivenciar o bom modo de ser Guarani-Mbyá. Também é considerada um lugar de referência por ser um espaço vivo que articula concepções relativas ao bem-viver, integra narrativas sobre a trajetória deste povo e é diariamente vivenciada como lugar de atividades diversas e de aprendizado para os jovens. Seu valor patrimonial reside na sua capacidade de comunicar temporalidades, espacialidades, identidades e elementos da cultura indígena cravada na história brasileira⁶.

Independentemente de sua dimensão, se material ou imaterial, o patrimônio cultural precisa ser reconhecido como um campo de seleções, disputas, narrativas e representações capaz de suscitar a busca pela legitimidade e reconhecimento de determinados eventos do passado ou manifestações culturais tidas como fundamentais para determinados grupos étnicos, sociais ou políticos. Perceber que tipos de discursos são construídos sobre estas expressões torna-se relevante na medida em que estes processos de acionamentos não são

naturais ou espontâneos. E isto não implica ser algo negativo, pelo contrário, nada mais são do que o reflexo de nossas relações sociais, as quais são capazes de produzir união ou dissociação e disputas por espaços de reconhecimentos dos mais variados grupos e atores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os campos da memória e do patrimônio são multifacetados, envolvem uma série de elementos que devem ser levados em consideração tendo em vista a abordagem que se faz acerca destes campos semânticos. Nossa proposta foi buscar compreendê-los a partir de uma perspectiva histórica que pudesse evidenciar o quanto o passado pode ser interpretado, reinterpretado e representado a partir de interesses específicos, seja de pessoas, grupos sociais e instituições, e o quanto isso pode vir a transformar o campo da memória e do patrimônio em alvos de disputa por legitimidade.

Nesse sentido, cabe ao historiador dar visibilidade e analisar estas questões. Muito mais importante do que hierarquizar memórias e expressões do patrimônio cultural, é necessário entender como se dá o processo de seleção destas memórias e destes patrimônios, o que está por trás disso, quem está por trás disso e que impactos possui na construção das identidades e na maneira como as sociedade enxergam seu passado. Mais do que romantizar a memória e o patrimônio é fundamental entender sua complexidade enquanto campos de seleção e disputa.

No decorrer do século XX, especialmente na segunda metade, e na medida em que os acontecimentos históricos passaram a serem analisados com uma profusão de teorias e metodologias que contribuíram para a profissionalização da pesquisa histórica, temas como a importância e o papel desempenhado pela memória, os lugares de memória e as disputas em torno destas memórias passaram a serem alvos de estudo.

Como destacou Jay Winter (2006), esse processo também foi estimulado por um cenário de transformações sociais provocadas pela pós-modernidade e a globalização. Não apenas políticas de Estado, mas uma profusão de fatores proporcionou uma maior preocupação com o papel que a memória e os lugares de memória desempenham para nações, grupos étnicos e identidades culturais. Memórias de grandes acontecimentos, memórias de interesse do Estado para a consolidação de um projeto de nação, memórias de grupos étnicos e minorias e principalmente memórias de eventos traumáticos passaram a ser estudadas pelas ciências sociais e humanas.

Na esteira desse processo, houve o reconhecimento pela dimensão imaterial do patrimônio cultural. Festas, rituais religiosos, lugares de memória, como a Tava Miri Guarani-Mbyá, além de diversos outros saberes e fazeres das mais variadas culturas passaram a ser registrados e reconhecidos, o que não significa que também não façam parte da mesma estrutura de seleção, disputas e representações sociais pelas quais as expressões materiais geralmente são alvo. Por isso a importância e a necessidade de pesquisas, estudos de caso e análises que contemplem os campos da memória e do patrimônio cultural como alvos desses processos de disputas, seleções, reconhecimentos e representações, descortinando os grupos sociais e os interesses nisso.

REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Javier Marcos. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. Revista de estudios extremeños, vol. 60, n. 3, p. 925-956, 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

_____. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. In: **Historiae. Revista de História da Universidade Federal de Rio Grande**. nº 3, vol. 3, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras Horta; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 20 ago. 2020.
_____. **Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

POSSAMAI, Zita Rosane. **O patrimônio em construção e o conhecimento histórico.** In: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras – Educação e Patrimônio Histórico Cultural. n° 27 – Porto Alegre: FAPA, jan./jun. 2000.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y patrimônio.** Barcelona: Ariel, 1997.